

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Textos para discussão
Escola Nacional de Ciências Estatísticas
número 17

MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL AO FINAL DO SÉCULO XX: UMA AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Paulo de Martino Jannuzzi*

Rio de Janeiro
2004

* pjannuzzi@ibge.gov.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 85-240-3755-5

© IBGE. 2004

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI/IBGE, em 2004.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Jannuzzi, Paulo de Martino

Mobilidade social no Brasil ao final do século XX : uma avaliação dos efeitos da reestruturação produtiva / Paulo de Martino Jannuzzi. - Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.

37 p. - (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093 ; n. 17)

Inclui bibliografia.

ISBN 85-240-3755-5

1. Mobilidade social - Brasil. 2. Mobilidade profissional - Brasil. 3. Mobilidade de mão-de-obra - Brasil. I. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). II. Título. III. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/2004-37

CDU 316.444(81)
DEM

SUMÁRIO

1. Introdução _____	7
2. Mobilidade intergeracional no Brasil: níveis, padrões e tendências em 1982 e 1996 _____	13
3. Mobilidade intrageracional no Brasil: níveis, padrões e tendências em 1982 e 1996 _____	17
4. A Mobilidade social segundo grupos sócio-demográficos _____	21
5. A Mobilidade social segundo regiões, origens e destinos migratórios _____	26
6. Considerações finais _____	30
7. Bibliografia _____	32
8. Apêndice: a Classificação sócio-ocupacional empregada _____	34

RESUMO

O trabalho analisa as mudanças de nível e padrão da Mobilidade Social no Brasil, com base nos levantamentos das PNADs de 1982 e 1996, compatibilizados através de uma escala socioocupacional de 5 níveis. Mostra-se a mudança significativa das cifras de mobilidade intrageracional no período, revelando um forte aumento da mobilidade descendente e da imobilidade socioocupacional, tendências essas explicadas como resultado das adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990. Apresenta, também, os diferenciais de níveis de mobilidade de grupos demográficos (segundo sexo, raça/cor, geração) e socioeconômicos específicos (segundo nível educacional, grupos ocupacionais), mostrando o agravamento das desigualdades de mobilidade ascendente no período. Procura, também, avaliar o papel do dinamismo econômico e da estrutura ocupacional regional como fatores estruturais da mobilidade social em diversas áreas de atração e evasão populacional no país.

Palavras-chave: Mobilidade ocupacional – Brasil; Mobilidade Intrageracional; Migração.

ABSTRACT

This paper discuss the trends over Social Mobility levels and patterns in Brazil, based upon 1982 and 1996 National Household Surveys, using a five-scaled occupational classification. It shows that career mobility figures have been changing over the years, revealing higher levels of downward mobility and non mobility, due to the growing adversity of Brazilian labor market evolution. It also presents the mobility levels of some demographic groups (classified by sex, race, generation) and some social economic groups (classified by educational level, occupational group), and their growing differentials on upward mobility. The paper also aims to discuss the importance of regional economic growth and occupational profile as structural factors of social mobility in some in/out migration areas in Brazil.

Key words: Occupational mobility – Brazil; Career mobility; Migration.

1. Introdução¹

Os estudos sobre Mobilidade Social parecem estar ganhando destaque na agenda de pesquisa das Ciências Humanas na última década no Brasil, no bojo das releituras, avaliações históricas e “re-visitas” aos temas clássicos que o final do século XX e os “500 anos de Descobrimento” parecem suscitar na comunidade de pesquisadores sociais no país². Aos trabalhos clássicos de Pastore (1979), Vale Silva (1981) e Hasenbalg & Vale Silva (1988) - e as atualizações posteriores dos mesmos (Vale Silva & Roditi 1986, Pastore 1986, Pastore & Haller 1993)- vieram se somar à bibliografia nacional na área, mais recentemente, os estudos de Caillaux (1994), Andrade (1995,2000), Scalon (1999), Jannuzzi (2000a,2001), Pero (2001), Ribeiro & Scalon (2001) e os dos próprios Pastore e Vale Silva (2000). Ainda assim, comparativamente a outras áreas de pesquisa nas Ciências Sociais, o campo de estudos de Mobilidade e Estratificação Social ainda parece pouco explorado no Brasil (Vale Silva 1999, Vianna et al. 1998), ainda mais quando se considera a disponibilidade de dados abrangentes e de boa qualidade sobre a temática no país. Diferentemente de outros países latino-americanos, o tema da Mobilidade Social esteve regularmente presente na pauta da investigação estatística nacional, como revelam os suplementos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios de 1973, 1976, 1982, 1988 e 1996.

Em que pesem as distintas bases de dados, as escalas sócio-ocupacionais empregadas, contextos históricos e/ou espaciais considerados e preocupações analíticas privilegiadas (mobilidade intergeracional, mobilidade intrageracional, mobilidade e gênero, mobilidade e cor, mobilidade e migração, etc) esses trabalhos têm reiterado as principais

¹ Este trabalho corresponde à parte principal do Relatório Final das atividades de pós-doutoramento realizado entre março de 2001 e maio de 2002 na ENCE/IBGE, com Bolsa de Ensino e Pesquisa em “Estatísticas Públicas” proporcionada pela Fundação Ford (Grant 990-1161), e com recursos materiais viabilizados pela Fapesp (Proc. n.00/09046-3).

² As duas primeiras seções são, em grande parte, réplicas do texto *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000*, de Beltrão e Novellino (2002).

conclusões formuladas por Pastore e Vale Silva no que diz respeito à intensidade, determinantes e padrão da Mobilidade Social no país. Assim, tem se mostrado de forma recorrente que a formação da sociedade urbano-industrial brasileira no século XX teria sido acompanhada de intenso processo de mobilidade social ascendente. Ao longo dos últimos cinquenta anos, a maior parte da população economicamente ativa teria galgado postos de trabalho urbanos, não manuais ou de maior qualificação, como resultado das mudanças estruturais induzidas pela industrialização, a migração rural-urbana e a ampliação das oferta educacional por que passou a sociedade brasileira no período.

De um lado, a expansão da indústria e seus efeitos dinamizadores sobre toda a economia atuaram, ao longo das décadas, para a criação e oferta de postos de trabalhos na própria indústria, no comércio, transportes, serviços, administração e, enfim, em outras ocupações urbanas, não manuais e de maior qualificação. De outro lado, a migração rural-urbana e a ampliação das oportunidades educacionais viriam atender a demanda por mão de obra induzida pelos efeitos sinérgicos dos investimentos industriais e do crescimento dos centros urbanos, como em um processo funcional de integração das massas camponesas mal qualificadas em ocupações urbanas do baixo terciário e dos estratos médios mais escolarizados nos postos de trabalho de maior especialização técnica.

Embora intensa, a mobilidade social no país teria se caracterizado por se concentrar na base da pirâmide social, por forte herança de status de classe de origem e pelas curtas distâncias sócio-ocupacionais percorridas, outro achado recorrente nos trabalhos da área. Tal padrão aparentemente antitético de mobilidade - em que muitos ascenderam pouco e poucos ascenderam muito na pirâmide social.- seria resultado da natureza restrita da mobilidade sócio-ocupacional dos trabalhadores rurais e de seus filhos. Para grande maioria dos volumosos fluxos de trabalhadores de enxada que chegavam do campo as oportunidades ocupacionais acabaram se restringindo às ocupações de baixa remuneração e qualificação no mercado de trabalho urbano, na Prestação de Serviços, Serviços Domésticos e Construção Civil (Martine & Peliano 1978, Castro 1980, Faria 1986, Baltar et al. 1997).

A ênfase na regularidade dos achados empíricos de vários estudos de mobilidade social – mesmo quando referidos a períodos, espaços e subpopulações diferentes e com uso de escalas sócio-ocupacionais distintas, vale reiterar- não deve obscurecer o fato de que há várias questões importantes abertas e não consensualmente resolvidas nos

estudos da área. Uma questão importante- talvez menos endereçada que outras, mas que particularmente orienta este trabalho- é relativa a mudança da intensidade e padrão da Mobilidade Intrageneracional no contexto das transformações estruturais que a economia e o mercado de trabalho urbano brasileiro viria a apresentar a partir da crise dos anos 80. Como discutido em Sabóia (1995), Mattoso & Baltar (1996) e Quadros (1997), a partir de então e sobretudo na década de 90, as condições gerais do mercado de trabalho urbano viriam se mostrar menos favoráveis, com baixa expansão do emprego formal, aumento da parcela dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem contrato de trabalho formalizado e fortes oscilações do nível de desemprego e rendimento médio. Os fatores determinantes básicos da intensa mobilidade social ascendente neste século- a industrialização e a migração rural-urbana - perderiam a “força transformadora” das décadas passadas, deixando de imprimir o ritmo de mudanças estruturais no espectro ocupacional que possibilitaram a incorporação de massas crescentes provenientes do campo em postos de trabalho (e sub-trabalho) na indústria e terciário. Nesse contexto seria de se esperar dificuldades crescentes de mobilidade ascendente, seja de trabalhadores rurais, seja de trabalhadores manuais urbanos.

Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de apresentar uma análise do padrão e intensidade da mobilidade sócio-ocupacional da força de trabalho no Brasil, no contexto das mudanças estruturais da base produtiva e da conjuntura do mercado de trabalho nas últimas duas décadas, procurando identificar as especificidades do processo para distintos grupos sócio-demográficos, a partir dos dados dos suplementos de mobilidade social das PNADs 1982 e 1996. Em particular, interessa verificar em que medida a perda de participação da indústria na estrutura ocupacional, a diminuição dos fluxos migratórios rurais-urbanos, a migração para centros urbanos mais dinâmicos do território nacional, a ampliação das oportunidades educacionais, do crescimento do emprego público atuaram no ritmo e direção das cifras de mobilidade social no país no período em análise.

O fato de se ter escolhido as pesquisas de 1982 e 1996 se justifica, em primeiro lugar, pelos resultados de uma avaliação da qualidade da declaração de informações retrospectivas nas edições em que a PNAD encartou o suplemento sobre Mobilidade Social. As mudanças no sistema de classificação ocupacional do IBGE no período e, principalmente, a aparente inconsistência da informação captada sobre ocupação do pai e do primeiro emprego do filho (no que diz respeito à diferenciação entre ocupações na agricultura – agricultor proprietário, agricultor conta própria e trabalhador rural) acabaram

levando a descartar a pesquisa de 1976. A escolha do levantamento de 1982 em detrimento da PNAD 88 se pautou pela suposição – bastante plausível- que os dados retrospectivos da primeira enquete estariam menos afetados pelas mudanças estruturais que a economia brasileira veio passar nos anos 80. Vale observar que os quesitos levantados nos dois levantamentos selecionados não aportam exatamente a mesma informação: em 1982 perguntou-se a primeira ocupação regular do indivíduo (e a de seu pai nesse momento); em 1996, levantou-se a primeira ocupação aos 15 anos ou após (e a correspondente ocupação paterna), o que poderia afetar as estimativas de mobilidade intrageracional se os critérios da pesquisa de 1982 fossem adotados³.

Considerando que as duas pesquisas usadas não levantaram informação retrospectiva sobre mobilidade social junto a totalidade da População Economicamente ativa, mas ao segmento de chefes de domicílio de 15 anos ou mais (e cônjuges, no caso da PNAD 96), ocupados por ocasião da entrevista, decidiu-se tomar como unidade de análise no contexto desse trabalho os chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos, decisão essa que garante maior compatibilidade de resultados com os estudos clássicos referidos.

Não parece haver dúvidas quanto a pertinência e atualidade da temática da Mobilidade Sócio-ocupacional no quadro de intensas transformações por que vêm passando a economia e as relações de trabalho no país na presente década, que configuram um cenário muito distinto de mobilidade social daquele existente quando do processo de estruturação do mercado de trabalho brasileiro, estudado por Pastore (1979) e Valle Silva (1981). Vale observar também que embora haja uma vasta e rica bibliografia sobre o comportamento do mercado de trabalho no país produzida na presente década, com variados graus de abrangência temporal e espacial, não parece haver muito material produzido a partir de fontes de dados não convencionais como os dados de natureza retrospectiva dos suplementos de Mobilidade Social das PNADs. Dados retrospectivos permitem novas contribuições analíticas aos Estudos do Trabalho, na medida que possibilitam um controle metodológico mais preciso das características dos grupos sociais em análise. Naturalmente, estas fontes também têm suas limitações, entre as quais a

³ A mobilidade ascendente poderia ser, por exemplo, mais baixa pelo fato da inserção ocupacional aos 15 anos ser, em tese, em patamar mais alto do que aos 10 a 14 anos, diminuindo o espaço sócio-ocupacional passível de ser percorrido, além de aumentar os riscos de descenso. Observe-se, porém, que pela escala sócio-ocupacional usada nesse trabalho – apresentada mais a frente- os efeitos da diferença de protocolo de coleta de informação nas duas pesquisas deve ter impacto mínimo.

mais flagrante é a seletividade da amostra pesquisada (chefes e cônjuges, que sabiam informar a ocupação do pai quando de seu ingresso no mercado de trabalho).

Vale fazer ainda um breve comentário sobre a escala sócio-ocupacional empregada nesse trabalho. Nos estudos de Mobilidade Social costuma-se identificar a inserção dos indivíduos na pirâmide social a partir da posição por eles desempenhadas no mercado de trabalho – em termos da ocupação exercida, inserção no processo produtivo, posse ou não dos meios de produção ou qualificação adquirida. Mobilidade Social designaria, pois, o movimento dos indivíduos ou famílias no interior do sistema de categorias socio-profissionais e, por extensão, do sistema de classes (Boudon & Bourricaud 2001). Seja nas análises marxistas – em que as relações de classe estariam determinadas pelas relações de produção, manifestada pela posse ou não dos meios de produção-, seja nas análises weberianas – em que a estrutura de classes resultaria das desigualdades de oportunidades dos indivíduos frente ao mercado – a ocupação se constituiria em um “constructo operacional” básico para identificação da posição dos indivíduos- e suas famílias- na pirâmide social (Jorrot 1998, Scalon 1999).

Assim, em trabalho anterior (Jannuzzi 2000b) propôs-se uma classificação ocupacional em cinco estratos, agregando as mais de 300 ocupações levantadas nas pesquisas do IBGE segundo medidas de status socioeconômico e indicadores de precarização calculados a partir dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e PNADs dos anos 90⁴. Assim, para fins desse trabalho, as ocupações presentes no mercado de trabalho brasileiro estariam reunidos em cinco grandes grupos: a elite de proprietários e profissionais de nível superior (Estrato sócio-ocupacional de alto status); o segmento de pequenos proprietários, chefes, supervisores, empregados qualificados de escritório e técnicos de média especialização na indústria e serviços (Médio-alto status); o conjunto de ocupados no Comércio, Serviços e postos qualificados da indústria (Médio status); o conjunto de empregados e autônomos na prestação de serviços de baixa qualificação, construção civil e indústria tradicional (Médio-baixo status); e, finalmente, as ocupações rurais e urbanas de baixa qualificação e/ou remuneração (Estrato de baixo status). Embora não seja necessária a identificação entre “classe social” e “ocupação” no contexto deste trabalho- por sua preocupação maior com os impactos das mudanças da estrutura econômica sobre as possibilidades de mobilidade na estrutura de ocupações- a escala

⁴ Vide apêndice ou ainda Jannuzzi (2000b) para maiores detalhes da construção da escala socio-ocupacional.

desenvolvida pode ser adequada para uma estratificação social da população brasileira, como se requer implicitamente nos estudos de Mobilidade Intergeracional.

Dois aspectos importantes diferenciam essa escala de outras classificações empregadas em estudos similares como os de Pastore (1979), Vale Silva (1981), Scalon (1999) e Pero (2001): o número mais restrito de categorias e a aglutinação das ocupações rurais com aquelas urbanas de baixo em um mesmo estrato sócio-ocupacional. O emprego de cinco categorias sócio-ocupacionais na escala a torna certamente menos sensível a movimentos para cima ou para baixo da estrutura sócio-ocupacional, mas garante maior robustez analítica no tratamento de dados provenientes de pesquisas amostrais, como é o caso das fontes aqui usadas. Reunir Trabalhadores Rurais e Produtores Rurais Autônomos com Serventes de Pedreiro, Empregadas Domésticos e Lixeiros em um mesmo grupo sócio-ocupacional se justifica não apenas pela proximidade dos níveis médios de escolaridade e rendimento como também do padrão dos indicadores de precarização de inserção no mercado de trabalho, como o risco ao desemprego, rotatividade, grau de formalização da relação contratual e contribuição previdenciária, apresentados em Jannuzzi (2000b).

Este trabalho deve ser entendido como um desdobramento de outros anteriores (Jannuzzi 2000 a, 2001), no qual se apresentou uma revisão bibliográfica dos trabalhos sobre Mobilidade Social no Brasil e se adiantou alguns resultados das tendências mais recentes do processo com base na PNAD 96. Esta observação é importante para justificar a ausência de uma seção específica no presente trabalho que compile os principais achados dos estudos anteriormente citados⁵. Assim, o trabalho foi estruturado em cinco seções. As duas primeiras seções tratam, respectivamente, da mobilidade inter e intrageracional no Brasil, dimensionando a intensidade e padrão do processo nas duas tomadas de pesquisa (1982 e 1996). As seções seguintes tratam dos diferenciais de mobilidade intrageracional entre grupos socio-demográficos e socioeconômicos e entre regiões de residência/procedência migratória. A última seção, à guisa de conclusão, apresenta-se alguns tópicos de uma agenda de pesquisa orientada a aprofundar os estudos sobre a temática.

⁵ Vale observar que se fez uma síntese dos pontos convergentes dos estudos de Mobilidade Social nos primeiros parágrafos do presente trabalho.

2. Mobilidade intergeracional no Brasil: níveis, padrões e tendências em 1982 e 1996

Como se observou na Introdução deste trabalho, os estudos sobre Mobilidade Social no Brasil têm mostrado de forma recorrente que a formação da sociedade urbano-industrial brasileira neste século foi acompanhada de intenso processo de mobilidade social ascendente, em que pese as diferentes classificações agregadas de ocupações, bases de dados ou contextos espaciais referidos. A análise da Mobilidade Social a partir dos dados das PNADs de 1982 e 1996, com a escala de cinco níveis apresentada, também se enquadra nesta situação. Afinal, como mostrado na Tabela 1, quase metade dos chefes de domicílios ascenderam para posições ocupacionais de maior status que seus pais ao longo do século passado, apontando um nível de mobilidade social muito similar ao identificado no estudo clássico de Pastore (1979).

Tabela 1

Indicadores da mobilidade social intergeracional

Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Estrato Sócio-ocupacional	1982				1996			
	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	Distância média	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	Distância média
Geral	49,1	42,5	8,4	3,7	47,6	41,0	11,4	3,8
Alto	-	41,2	58,8	-7,2	-	38,3	61,7	-9,7
Médio-alto	19,9	33,4	46,7	1,0	18,3	26,6	55,1	0,5
Médio	38,0	40,4	21,6	4,9	33,5	44,1	22,4	4,4
Médio-baixo	57,6	34,2	8,2	4,4	53,4	37,7	8,9	4,4
Baixo	54,7	45,3	-	4,2	57,0	43,0	-	4,9

Fonte: PNADs 1982 e 1996 – processamento próprio

Esse é um resultado um tanto surpreendente, já que se atribuía à mobilidade de curta distância dos trabalhadores rurais parcela significativa das cifras de mobilidade social apontadas pelo autor. Como observou Vale Silva (1981), por efeito de construção das escalas sócio-ocupacionais, a mobilidade rural-urbana acabava significando automaticamente mobilidade social qualquer que fosse a ocupação que o trabalhador rural ou seu filho viesse a exercer na área urbana. Dada a intensidade da migração rural-urbana, a separação entre ocupações rurais e urbanas, qualificadas ou não, nos níveis

das escalas sócio-ocupacionais empregadas, a vinda de trabalhadores rurais para os centros urbanos acabava tendo um papel decisivo sobre as cifras gerais de mobilidade. Contudo, mesmo com o emprego de uma escala sócio-ocupacional em que a diferenciação rural-urbano não é usada de forma normativa na construção da escala – como a aqui usada, em que no piso da escala estão reunidas as ocupações rurais e urbanas de baixa qualificação e/ou remuneração- as cifras de mobilidade social ascendente são bem elevadas.

Assim, as cifras de mobilidade intergeracional no Brasil seriam explicadas não apenas pela mobilidade dos filhos de trabalhadores rurais, mas também pela mobilidade de outros trabalhadores oriundos de famílias com pais ocupados em postos de baixa qualificação/remuneração na zona urbana, que perfaziam volume majoritário da mão de obra brasileira a 50 anos atrás. Pela escala sócio-ocupacional aqui empregada, mais da metade dos chefes de domicílio – no levantamento de 1982 ou de 1996- originários de famílias com pais classificados em ocupações de baixo e médio-baixo status ascenderam em relação aos mesmos. Além disso, vale observar que, se é verdade que a maior parte dessa mobilidade ascendente se deu para ocupações de níveis imediatamente acima das posições ocupadas por seus pais, como mostra a Tabela 2, não se pode deixar de observar que parcela significativa dos chefes galgou para postos ocupacionais de status socioeconômico mais elevados. Entre os filhos de pais que eram trabalhadores rurais, serventes de pedreiro ou empregados domésticos (estrato baixo), por exemplo, cerca de 30% exercia ocupações de médio/alto status, como motoristas, comerciantes conta-própria, mecânicos ou professores de 1o grau em 1996.

Como era de se esperar, as cifras e matrizes de mobilidade intergeracional computadas para 1982 e 1996 são bastante próximas. Afinal, as amostras levantadas nas duas pesquisas advém de uma boa parcela de contingentes comuns de pais e filhos nascidos ao longo dos anos 20 ao anos 70, representados nas duas pesquisas. Naturalmente, em função da conjuntura menos favorável de criação de postos de trabalho nos anos 90, pode-se observar um aumento da mobilidade descendente entre os dois levantamentos. De fato, essa tendência é confirmada pelo cômputo de taxas

“padronizadas” de mobilidade, isto é, considerando o padrão de trocas entre estratos sócio-ocupacionais em 1996, mas a estrutura ocupacional de 1982⁶.

Tabela 2

Matriz da mobilidade social intergeracional

Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Estrato Sócio-ocupacional da ocupação do pai	Ocupação atual do chefe (%)					Total linha	Total
	Alto	Médio-alto	Médio	Médio-baixo	Baixo		
Alto							
1982	41,2	26,7	18,5	10,3	3,3	100,0	3,5
1996	38,3	25,8	24,0	8,7	3,2	100,0	4,0
Médio-alto							
1982	19,9	33,4	24,5	13,1	9,1	100,0	6,6
1996	18,3	26,6	29,0	15,0	11,6	100,0	7,4
Médio							
1982	14,3	23,7	40,4	17,3	4,3	100,0	10,5
1996	12,4	21,1	44,1	17,7	4,7	100,0	15,6
Médio-baixo							
1982	8,7	17,0	31,9	34,2	8,3	100,0	12,3
1996	6,8	12,2	34,4	37,7	8,9	100,0	14,8
Baixo							
1982	2,3	7,5	18,6	26,4	45,3	100,0	67,1
1996	2,9	7,5	21,0	25,5	43,0	100,0	58,2
Total							
1982	6,8	12,7	22,9	24,9	32,6	100,0	100,0
1996	7,5	12,5	27,3	24,7	28,0	100,0	-

Fonte: PNADs 1982 e 1996 – processamento próprio

Pode-se notar um aumento significativo da mobilidade descendente de chefes oriundos dos estratos médios e superiores da pirâmide social. Entre esses o risco de não alcançar postos equivalentes aos exercidos pelos pais no momento dos levantamentos aumentou, assim como o risco de exercer uma ocupação de status socioeconômico mais

⁶ A cifra padronizada de mobilidade ascendente para 1996 seria de 46,9 %, mais baixa que a levantada em 1982, de 49,1 %.

baixo. Já entre os chefes oriundos das classes baixas – de pais com ocupações de baixo status – houve até mesmo um pequeno aumento da parcela daqueles que conseguiram ascender sócio-ocupacionalmente.

Tabela 3

Indicadores da mobilidade social intergeracional segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho

Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Coorte de Ingresso no mercado de trabalho	1982				1996			
	% Mobil. Ascendente	% Imobilidade	% Mobil. Descendente	Distância Média	% Mobil. Ascendente	% Imobilidade	% Mobil. Descendente	Distância Média
Geral	49,1	42,5	8,4	3,7	47,6	41,0	11,4	3,8
1990-1996	-	-	-	-	29,6	50,9	19,5	0,8
1983-1989	-	-	-	-	41,7	42,9	15,4	2,3
1976-1982	35,5	50,9	13,7	1,5	47,5	39,2	13,3	3,6
1966-1975	49,9	40,1	10,0	3,5	52,2	37,3	10,5	4,5
1956-1965	53,0	38,9	8,1	4,4	51,1	40,2	8,7	4,7
1946-1955	51,2	41,2	7,6	4,0	45,1	46,4	8,5	3,6
1936-1945	44,9	48,1	7,0	3,4	32,5	57,7	9,8	2,2
1923-1935	33,2	59,5	7,3	2,1	-	-	-	-

Fonte: PNADs 1982 e 1996 – processamento próprio

O efeito das transformações da estrutura ocupacional brasileira dos anos 50 até final da década de 70 sobre as possibilidades de mobilidade ascendente ficam evidentes pelos resultados mostrados na Tabela 3. Aqueles que ingressaram no mercado de trabalho nesse período tiveram maiores oportunidades de alcançar uma posição sócio-ocupacional mais elevada que seus pais, seja pelas oportunidades criadas nos setores industriais, administração pública ou comércio, seja pela posição menos avantajada dos seus pais, na sua maior parte (dois terços dos mesmos) trabalhadores rurais ou trabalhadores urbanos de baixa qualificação. Assim, as coortes que ingressaram no mercado de trabalho por ocasião do Milagre Econômico (1966-1975), teriam logrado em sua maioria ascender em relação aos pais. Naturalmente que há também nesses casos o

efeito do alcance da maturidade profissional desses indivíduos, já que em 1996 teriam por volta de 40 anos⁷.

3. Mobilidade intrageracional no Brasil: níveis, padrões e tendências em 1982 e 1996

Como mostrado por Vale Silva (1981), as elevadas as cifras de mobilidade social entre gerações de pais e filhos no Brasil podem ser interpretadas como resultado da mobilidade de carreira desses últimos. Assim, como consequência das mudanças estruturais da economia brasileira no pós-guerra, da migração rural urbana e da ampliação das oportunidades educacionais a maior parte da mão de obra teria conseguido alcançar postos de trabalho de melhor remuneração e/ou status ao longo da vida profissional, pelo menos até início dos anos 80, como mostram as cifras de mobilidade da PNAD de 1982 na Tabela 4. Por esta pesquisa, cerca de 52% dos chefes de domicílio do sexo masculino teriam conseguido ascender a postos de trabalho de melhor remuneração e/ou qualificação durante sua trajetória profissional, 44% teriam ficado em ocupações de status semelhante ao do primeiro emprego e uma parcela de apenas 4% teria transitado para posições sócio-ocupacionais menos favoráveis.

⁷ Há que se considerar, naturalmente, que a mobilidade social mais restrita das gerações mais novas se explica também pelo tempo menor de experiência e de progressão no trabalho e ao patamar mais elevado do primeiro emprego exercido por estas gerações.

Tabela 4

Indicadores da mobilidade social intrageracional

Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Estrato sócio-ocupacional	1982				1996			
	% Mobil. Ascendente	% Imobilidade	% Mobil. Descendente	Distância Média	% Mobil. Ascendente	% Imobilidade	% Mobil. Descendente	Distância Média
Geral	52,0	44,1	3,9	4,1	41,5	45,9	12,6	1,7
Alto	-	81,0	19,0	-2,1	-	55,4	44,6	-7,7
Médio-alto	28,9	44,1	27,0	2,3	20,4	34,9	44,7	-1,8
Médio	42,0	42,3	15,7	2,7	27,3	50,6	22,1	2,0
Médio-baixo	62,9	31,8	5,3	5,4	43,9	44,5	11,6	3,1
Baixo	53,1	46,9	-	4,3	55,2	44,8	-	4,5

Fonte: PNADs 1982 e 1996 – processamento próprio

Contudo, os resultados levantados quatorze anos depois pela PNAD 96, mostram que a conjuntura crescentemente desfavorável do mercado de trabalho a partir dos anos 80 – ainda que com interregnos de recuperação dos níveis de emprego e renda – refletiu-se de forma significativa sobre as possibilidades de mobilidade de carreira do pessoal ocupado no Brasil. De fato, em 1996, a parcela daqueles que logrou ascender em relação à primeira ocupação foi de 41 %, bem inferior aos 52% identificados em 1982⁸. Avaliando de outra forma, observa-se que, em 1996, cerca de 13% dos chefes de domicílio havia apresentado descenso socio-ocupacional em relação à primeira ocupação, cifra quatro vezes maior que em 1982. Esse processo foi particularmente intenso entre os indivíduos que iniciaram suas carreiras em ocupações de mais qualificadas: entre os profissionais universitários, grandes proprietários e administradores os riscos de descenso sócio-ocupacional em relação ao primeiro trabalho passou de 19% para 44 %, ou de forma equivalente, as chances de se manter no estrato sócio-ocupacional mais alto caiu de 81% para 55% (Tabela 5).

Entre aqueles indivíduos que iniciaram a carreira profissional como técnicos, bancários, mestres, pequenos comerciantes e outras ocupações de médio-alto status o quadro também foi desalentador, com aumento da insegurança e dos riscos de não conseguir retomar um posto de trabalho de status equivalente. A situação não foi diferente entre os demais trabalhadores urbanos com algum grau de qualificação, mostrando a interrupção do processo virtuoso – ainda que restrito e desigual – de formação das classes

médias brasileiras. Somente os trabalhadores rurais e urbanos não qualificados parecem ter desfrutado das oportunidades criadas no período, posicionadas na sua maioria nos estratos sócio-ocupacionais de médio e médio-baixo status. Pelo levantamento de 1996, 55% dos chefes que ingressaram no mercado de trabalho em postos de baixo status conseguiram ascender em suas carreiras, cifra ligeiramente superior aos 53% apontados pela PNAD 82. Enfim, de modo geral, “subir na vida” ficou mais difícil e, quando possível, para ocupações de status ainda mais próximo. Cresceram as possibilidades no período de perder o emprego ou de acabar ocupando postos de trabalho de status cada vez menor.

Tabela 5

Matriz da mobilidade social intrageracional

Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Estrato sócio-ocupacional da primeira ocupação	Ocupação atual do chefe					Total linha	Total
	Alto	Médio-alto	Médio	Médio-baixo	Baixo		
Alto							
1982	81,0	12,9	3,3	2,2	0,6	100,0	0,9
1996	55,4	25,9	13,0	4,0	1,8	100,0	2,9
Médio-alto							
1982	28,9	44,1	15,4	9,7	1,8	100,0	2,4
1996	20,4	34,9	27,5	10,3	6,9	100,0	6,6
Médio							
1982	16,1	25,9	42,3	13,0	2,7	100,0	14,2
1996	9,5	17,8	50,6	16,7	5,4	100,0	25,6
Médio-baixo							
1982	11,4	19,3	32,1	31,8	5,3	100,0	15,7
1996	5,6	10,2	28,3	44,5	11,6	100,0	23,4
Baixo							
1982	2,0	7,3	17,1	26,7	46,9	100,0	66,8
1996	2,1	6,2	18,8	28,0	44,8	100,0	41,7
Total							
1982	6,9	12,7	22,9	24,9	32,6	100,0	100,0
1996	7,5	12,6	29,5	27,1	23,3	100,0	-

Fonte: PNADs 1982 e 1996 – processamento próprio

⁸ A taxa padronizada de mobilidade ascendente de 1996 seria de 39 %, confirmando a mudança na estrutura de chances relativas de mobilidade dos chefes no período.

Como adiantado anteriormente, os indivíduos que vieram a ingressar no mercado de trabalho dos anos 50 até final dos anos 70 conseguiram atingir maior mobilidade na carreira, mas também ficaram expostos aos riscos do descenso sócio-ocupacional com a crise e instabilidade a partir dos anos 80, como se pode verificar na Tabela 6. Pelo levantamento de 1982, os indivíduos que ingressaram entre 1966 e 1975, 53% haviam conseguido alcançar postos de trabalho de status mais elevado que o primeiro ocupado, cifra que se explica pelo pujante aumento da oferta de vagas na indústria e outros setores de atividade no Milagre Econômico, como também pela valorização da qualificação adquirida ao longo da trajetória profissional. Em 1996, uma parcela menor (44%) desta coorte de indivíduos havia conseguido ascender a postos de trabalho de maior status socioeconômico, evidenciando o aumento dos riscos de descenso da conjuntura pós-80⁹.

⁹ Vale notar que as amostras de coortes de indivíduos ingressantes em dado período, segundo os levantamentos de 1982 e 1996, são diferentes devido ao efeito sobretudo da mortalidade do período.

Tabela 6

Indicadores da mobilidade social intrageracional segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho

Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	1982				1996			
	% Mobil. Ascendente	% Imob. lidade	% Mobil. Descendente	Distância Média	% Mobil. Ascendente	% Imob. lidade	% Mobil. Descendente	Distância Média
Geral	52,0	44,1	3,9	4,1	41,5	45,9	12,6	1,7
1990-1996	-	-	-	-	33,4	54,0	12,5	1,6
1983-1989	-	-	-	-	39,1	47,3	13,6	2,1
1976-1982	37,6	54,8	7,6	2,1	42,0	44,8	13,2	2,7
1966-1975	53,0	42,2	4,9	3,9	44,3	43,5	12,2	3,1
1956-1965	55,6	40,7	3,7	4,6	42,4	45,8	11,8	3,1
1946-1955	53,7	42,8	3,5	4,4	39,2	48,8	12,0	2,5
1936-1945	48,6	48,5	2,9	4,1	30,5	54,7	14,7	1,3
1923-1935	36,3	60,9	2,9	3,1	-	-	-	-

Fonte: PNADs 1982 e 1996 – processamento próprio

4. A Mobilidade social segundo grupos sócio-demográficos

Corroborando parte dos resultados de análises anteriores (Caillaux 1994, Jannuzzi 2000a), mulheres, negros, mais jovens e menos escolarizados são os grupos sócio-demográficos com mobilidade social ascendente mais baixa em uma perspectiva comparativa (Tabela 7). Em contrapartida, homens, brancos e amarelos, mais escolarizados e indivíduos em idades maduras do ciclo de vida são aqueles com mobilidade de carreira mais elevadas. De modo geral, esses diferenciais se mantêm nos dois levantamentos (1982 e 1996), com a já apontada mudança das cifras de mobilidade (diminuição da mobilidade ascendente e aumento da imobilidade e mobilidade descendente). Algumas alterações foram muito expressivas como, por exemplo a diminuição da mobilidade ascendente dos indivíduos com escolaridade básica completa (de 69,4 % para 48,5% entre 1982 e 1996) e dos indivíduos de ascendência oriental (de 77,4% para 46% no período).

Esses resultados evidenciam de forma muito clara a diminuição das chances de ascensão sócio-ocupacional que o diploma do ensino básico ou superior antes parecia garantir. Aliás, essas evidências mostram quão limitado tem sido o impacto da ampliação da oferta de educacional no país na superação das desigualdades sociais. Na realidade os condicionantes específicos da inserção ocupacional e as barreiras discriminatórias à progressão profissional dos indivíduos de cada grupo sócio-demográfico mantiveram-se aparentemente intactos – se não pioraram - no período. De fato, é o que outros estudos no campo do Trabalho e Gênero, Trabalho e Raça e Renda e Pobreza vêm regularmente apontando.

Afinal, como explicar que chefes mulheres apresentem um nível tão marcadamente descendente em 1996 (21% de mobilidade descendente, contra 13% dos chefes homens), em um momento de ingresso crescente das mulheres em diversas modalidades de trabalho? O aumento de parcelas de empregadas domésticas no mercado de trabalho urbano oriundas de postos de trabalho mais qualificados nos Serviços e Comércio poderia ser uma das explicações plausíveis, que a matriz específica de trocas sócio-ocupacionais parece referendar. Outro fator a atuar contra a mobilidade ascendente das mulheres é a necessidade de boa parte das mesmas ter que interromper – voluntariamente ou não- a vida profissional em função das “obrigações maternas”, de reprodução e criação dos filhos, ou serem preteridas nas oportunidades de promoção e chefia.

A discriminação na contratação, promoção, e alocação a postos de chefia é também fator limitador da mobilidade ascendente de pretos e pardos, barreiras essas que também não parecem ter arrefecido. Afinal pode-se verificar um aumento da parcela de chefes negros que não conseguiram manter um posto de trabalho com nível de status equivalente ou superior em relação ao primeiro desempenhado nas duas tomadas de pesquisa: entre negros, em 1982, a mobilidade descendente atingia cerca de 4% dos chefes, mesmo percentual que chefes brancos; em 1996, a cifra equivalente aumentou para mais de 13%, um pouco superior que o apurado entre os brancos (12%).

Tabela 7

Indicadores da mobilidade social intrageracional segundo
atributos sócio-demográficos
Chefes de domicílio de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Grupo Sócio-demográfico	1982				1996			
	% Mobil. Ascendente	% Imobilidade	% Mobil. Descendente	Distância Média	% Mobil. Ascendente	% Imobilidade	% Mobil. Descendente	Distância Média
Geral	52,0	44,1	3,9	4,1	41,5	45,9	12,6	1,7
Mulheres*	42,4	50,9	6,7	2,5	30,4	48,6	21,0	1,9
15-21 anos	37,6	54,8	7,6	2,1	33,4	54,0	12,5	1,6
22-31 anos	53,0	42,2	4,8	3,9	40,1	46,7	13,2	2,3
32-41 anos	55,6	40,7	3,7	4,6	43,2	43,8	13,0	2,9
42-51 anos	53,7	42,8	3,5	4,4	44,1	44,5	11,4	3,3
52-61 anos	48,6	48,5	2,9	4,1	40,0	47,7	12,3	2,7
62-74 anos	36,3	60,9	2,8	3,1	34,5	52,4	13,1	1,9
Escol < 1 ano	31,3	66,9	1,8	2,2	29,2	61,3	9,5	1,3
Escol 1 a 3 anos	50,9	46,1	3,0	3,5	38,3	50,3	11,4	2,0
Escol 4 a 7 anos	60,3	34,1	5,6	4,2	42,2	44,7	13,1	2,3
Escol 8 + anos	69,4	25,2	5,4	7,5	48,5	37,4	14,1	4,3
Escol 15 + anos	-	-	-	-	56,8	31,8	11,4	8,9
Branços	57,0	39,0	4,0	4,8	45,4	42,8	11,8	3,4
Pretos	41,8	54,2	4,0	2,6	33,0	52,4	14,6	1,5
Pardos	44,3	52,0	3,7	3,1	36,4	50,1	13,4	1,9
Amarelos	77,4	17,4	5,1	8,3	46,0	38,3	15,7	4,1

Fonte: PNADs 1982 e 1996 – processamento próprio

Nota: * Este é o único grupo em que se considerou o conjunto de chefes mulheres na computação dos indicadores de mobilidade

Esse padrão menos positivo de mobilidade entre os negros deve-se também ao fato de que boa parcela não dispõem das credenciais educacionais que o mercado contratante exigia e passou a demandar mais recentemente. De fato, como já se observou, ter o ensino fundamental completo continua garantindo maiores chances de ascender na carreira, ou pelo menos, manter-se em ocupações de status equivalente. A elevada imobilidade na carreira de jovens (54 % entre aqueles chefes de 15 a 21 anos) também pode ser explicada por esse motivo, além do fato de estarem nos estágios mais precoces da vida profissional.

A baixa escolaridade não foi, contudo, fator limitante para a ascensão de Trabalhadores provenientes – em termos da primeira ocupação- da Agropecuária, pelo menos para ocupações situadas nos níveis médio e médio-baixo de status. Cerca de 50 % desses trabalhadores veio a ascender em termos sócio-ocupacionais ao longo dos últimos 50 anos, como mostra a tabela 8. Processo parecido se deu entre indivíduos que ingressaram no mercado de trabalho como Pedreiros, Serventes de Pedreiro e outras ocupações da Construção Civil, já que quase 43% dos mesmos veio a ascender em termos sócio-ocupacionais. Se a expansão das ocupações urbanas de média qualificação proporcionaram as oportunidades de mobilidade ocupacional ascendente para esses segmentos profissionais, o corte de postos de trabalho na Indústria acabou atuando no sentido contrário: 20% daqueles que iniciaram carreira em ocupações industriais acabaram ocupavam postos de trabalho de status inferior, nos subsetores dos Serviços e Comércio, como aponta extensa bibliografia.

A elevada cifra de mobilidade ascendente (45,2%) dos empregados sem carteira está, com certeza, associada à mobilidade já descrita dos trabalhadores rurais e da Construção Civil, e contrasta fortemente com o padrão identificado entre aqueles que iniciaram suas carreiras como os empregadores. Entre esses últimos, 52% vieram a descer na escala sócio-ocupacional, vindo a se empregar como conta-própria ou empregado. A magnitude dessa cifra parece plausível com as propaladas estatísticas de mortalidade de pequenas e médias empresas no país. É interessante observar que boa parcela (28%) dos indivíduos que iniciaram carreira como Funcionário Público (ou militar) acabou não se mantendo em postos desta natureza, vindo a cair em termos sócio-ocupacionais.

Tabela 8

Indicadores da mobilidade social intrageracional segundo
 características do trabalho inicial ou atual
 Chefes de domicílio de 15 a 74 anos – Brasil 1996

Característica do Primeiro Trabalho	1996			Distância Média
	% Mobil. Ascen- dente	% Imobi- lidade	% Mobil. Descen- dente	
Geral	41,5	45,9	12,6	1,7
Primeira Ocupação na				
Agropecuária	50,4	46,7	2,9	4,2
Indústria Transformação	34,5	45,1	20,4	1,4
Construção Civil	42,7	47,0	10,3	1,4
Comércio	38,3	42,2	19,5	2,8
Primeira Ocupação como				
Empregado com carteira	32,9	48,5	18,6	1,5
Funcionário público	29,1	42,8	28,1	-1,5
Empregado sem carteira	45,2	44,4	10,4	3,2
Conta-própria	39,9	49,9	10,2	2,9
Empregador	15,2	32,5	52,3	-2,5
Ocupação Atual nos				
Serviços Auxiliares	60,5	28,2	11,3	8,4
Administração Pública	60,5	32,6	6,8	7,4
Serviços Sociais	57,4	32,9	9,7	7,4
Prestação Serviços	46,3	40,7	13,0	2,1

Fonte: PNAD 1996 – processamento próprio

O curioso é que aqueles que estavam empregados na Administração Pública em 1996 estavam entre os de maior mobilidade ascendente, assim como aqueles empregados nos Serviços Auxiliares ou Serviços Sociais. Estes talvez sejam casos onde os investimentos individuais em educação fizeram grande diferença para a ascensão profissional, reduzindo os riscos de descenso e principalmente da imobilidade sócio-ocupacional na carreira. No caso específico da Administração Pública, o aparente paradoxo pode ser explicado pela conjugação de dois processos diversos: por um lado, os cortes de pessoal no setor público, atingindo postos de menor qualificação, substituídos por funcionários de empresas terceirizadas; de outro, a estabilidade de carreira e mecanismos de ingresso e promoção baseados, após 1988, em concursos públicos e avaliações de méritos.

5. A Mobilidade social segundo regiões, origens e destinos migratórios

Frente aos sinais de mudança das condições estruturais de mobilidade social nos anos 80, Pastore (1986) sugeriu que as possibilidades de ascensão sócio-ocupacional ainda se encontrariam em alguns bolsões de expansão econômica em meio à crise, em direção ao Centro Oeste, Centro Norte, interior paulista, Minas Gerais e algumas capitais do Nordeste. Pela oferta de postos de trabalho e diversificação da estrutura ocupacional nessas localidades, a população natural e migrante desfrutariam de condições estruturalmente muito melhores para fugir do desemprego, da imobilidade ou descenso sócio-ocupacional, que já assolava parcelas crescentes da mão de obra na Região Metropolitana de São Paulo e outros centros tradicionais de atração migratória no país.

Como vastamente documentado, depois de longo processo de concentração espacial da atividade industrial e econômica na Região Metropolitana de São Paulo, passou-se a vivenciar um processo de desconcentração espacial da atividade produtiva no país a partir dos anos 70, como resultado de ampliação da infra-estrutura de transporte (rodovias, ferrovias e hidrovias) e comunicações, de incentivos fiscais, investimentos governamentais diretos, estratégias locacionais de grandes grupos empresariais e aumento das deseconomias de aglomeração nos grandes centros urbanos como os custos de terreno, dos salários, do controle ambiental, a combatividade sindical. Em contrapartida, ao longo das duas últimas décadas do século XX presenciou-se transformações econômicas em diversos pontos do território como o fortalecimento/promoção de culturas de exportação- laranja no interior paulista, a soja no Centro-Oeste e soja no Cerrado Central-, os incentivos à produção de cana-de-açúcar (nos anos 80 em função do Pro-álcool, depois pela valorização do açúcar no mercado internacional), a implantação da agricultura irrigada às margens do Rio São Francisco, a articulação em cadeia produtiva agro-industrial em Santa Catarina, o desenvolvimento da Indústria de material de Transportes nos estados do Sul e mais recentemente no Rio de Janeiro, o florescimento da indústria têxtil no Ceará, a implantação da indústria química e petroquímica de Camaçari na Bahia, a maturação – e depois descenso- da indústria eletro-eletrônica na Zona Franca de Manaus, a produção mineral e siderúrgica no Pará e Maranhão, a consolidação da região de Campinas, São José dos Campos e Sul de Minas como pólos da indústria de ponta (telecomunicações, informática, química fina), a

recuperação econômica dos municípios fluminenses pelos royalties do Petróleo da bacia de Campos, a consolidação do turismo como fator de desenvolvimento regional no Nordeste e em diversos balneários do Centro-Sul.

Pelas informações disponíveis até o momento não é possível verificar se estas regiões vieram a se constituir de fato nos “eldorados” de mobilidade sócio-ocupacional ascendente, pelo dinamismo na oferta de postos de trabalho e pela diversificação da estrutura ocupacional. O plano amostral da PNAD não prevê a desagregação espacial além dos recortes regionais em escala metropolitana, urbana e rural. Assim, essa hipótese só poderá ser testada de forma indireta, com os dados definitivos do Censo Demográfico 2000¹⁰.

No nível de desagregação espacial comportado pela pesquisa, nota-se que os estados do Sul e o interior de São Paulo parecem ter oferecido as condições estruturais mais propícias para mobilidade sócio-ocupacional ascendente (e evitar os riscos do descenso) nas últimas décadas no país (Tabela 9). Metade dos chefes residentes no Sul e nas cidades mais populosas do interior paulista conseguiram ascender em termos sócio-ocupacionais, cifra significativamente mais elevada que a média identificada para o conjunto de chefes de domicílio no país em 1996 (41,5%). Outras regiões onde o dinamismo econômico possibilitou a incorporação de mão de obra em bases qualitativamente melhores parecem ter sido as cidades médias paulistas e as localidades urbanas da Região Norte (certamente Manaus e possivelmente Belém e outras capitais da região). Nas demais localidades analisadas as chances de mobilidade ascendente de carreira são próximas à média nacional ou abaixo dela. No caso da Região Metropolitana de São Paulo, os 15% de chefes com mobilidade descendente constituem mais um indicador da conjuntura difícil do mercado de trabalho regional nas duas últimas décadas, especialmente quando comparadas com as cifras anteriores apresentadas em Pastore (1979). É um tanto surpreendente que Brasília não tenha se constituído em bolsão de mobilidade ascendente no período, seja pela oferta de postos na Administração Pública, seja pelo baixo status sócio-ocupacional de amplo contingente de migrantes que para lá ocorreram, trabalhadores de enxada do Nordeste rural.

¹⁰ Com acesso aos dados definitivos do Censo 2000, a idéia é analisar as mudanças das estruturas sócio-ocupacionais de cada microrregião entre 1980 e 2000, e as associações com a base produtiva e evolução do PIB microrregional (vide apêndice).

Tabela 9

Indicadores da mobilidade social intrageracional segundo residência

Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1996

Localidade de Residência	1996			Distância Média
	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	
Geral	41,5	45,9	12,6	1,7
Residentes no estado SP	45,3	41,9	12,8	3,1
Residentes na RMSP	42,3	42,7	15,0	2,6
Residentes nas cidades + populosas SP*	49,7	39,8	10,5	3,9
Residentes nas cidades - populosas SP*	46,5	42,0	11,6	3,2
Residentes nos estados de MG e ES	36,4	50,0	13,6	2,2
Residentes no estado RJ	34,8	49,7	15,5	1,8
Residentes na RMRJ	32,9	51,0	16,1	1,6
Residentes no Centro-Oeste	39,6	46,0	14,4	2,5
Residentes no DF	35,6	51,2	13,2	2,9
Residentes no Sul	50,0	41,4	8,6	4,1
Residentes no Nordeste	35,3	51,2	13,5	1,9
Residentes no NE metropolitano	39,4	46,9	13,7	2,2
Residentes no NE cidades – populosas*	30,1	56,2	13,7	1,3
Residentes no NE rural	19,1	67,6	13,2	0,3
Residentes no Norte urbano	43,8	41,6	14,6	2,6

Fonte: PNAD 1996 – processamento próprio**Nota: * Cidades mais populosas correspondem a aquelas autorepresentativas na amostra da PNAD e as Cidades menos populosas são as não autorepresentativas.**

Desse segmento de trabalhadores melhor “sorte” tiveram aqueles que se dirigiram para o Estado de São Paulo, pela possibilidade de se inserir em postos de baixa qualificação na Construção Civil e Serviços Domésticos e depois, em ocupações no Comércio, Indústria e até mesmo em Serviços Sociais e Administração Pública (Jannuzzi 2000a). Como mostram os indicadores de mobilidade da Tabela 10, os migrantes nordestinos que vieram para São Paulo conseguiram, em média, maiores chances de ascender na carreira, sobretudo os que se fixaram no interior do estado, pelo dinamismo econômico-regional já descrito. Pelo que mostram esses resultados, as iniciativas de desenvolvimento econômico microrregional no Nordeste, pelo turismo nas capitais, pela fruticultura no São Francisco, pelo pólo petroquímico de Camaçari, pelo complexo têxtil do Ceará tiveram resultados muito restritos em termos de ampliação direta e indireta de postos de trabalho e diversificação da estrutura ocupacional.

A migração de sulistas para a fronteira agrícola Centro-Oeste e Região Norte foi, ao contrário, mais bem sucedida como estratégia de mobilidade sócio-ocupacional.

Trabalhadores rurais e proprietários autônomos nas localidades de origem (ou como filhos desses), esses migrantes conseguiram se tornar proprietários agrícolas ou se inserir em ocupações urbanas de maior status, à medida que os centros urbanos da região iam se formando e exigindo mão de obra nas atividades de Comércio, Serviços Sociais e Administração Pública.

Sem dúvida, estes resultados mostram que a interpretação da migração como estratégia de mobilidade sócio-ocupacional de distintos grupos sócio-demográficos, mobilizados pela evolução diferenciada do desenvolvimento econômico entre regiões e momentos históricos parece estruturar um programa de pesquisa profícuo - no sentido lakatiano do termo- para se entender os processos migratórios de longa distância no passado e presente no país, da migração de trabalhadores rurais para as cidades, da migração de profissionais qualificados, da migração de trabalhadores oriundos de setores econômicos em reestruturação.

Tabela 10

Indicadores da mobilidade social intrageracional segundo tempo/procedência

Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1996

Localidade de Procedência	1996			Distância Média
	% Mobil. Ascen- dente	% Imobi- lidade	% Mobil. Descen- dente	
Geral	41,5	45,9	12,6	1,7
Chefes que nunca moraram em outro estado	41,5	46,3	12,3	2,8
Migrantes interestaduais residentes há até 4 anos	33,4	49,7	16,9	1,8
Migrantes interestaduais residentes de 5 a 9 anos	36,7	45,6	17,7	2,7
Migrantes interestaduais residentes há mais 10 anos	45,1	41,2	13,7	3,1
Nascidos no NE e residentes na RMSP	40,7	45,5	13,8	2,0
Nascidos no NE e residentes no Interior SP	44,7	48,3	7,0	3,1
Nascidos no NE e residentes fora Estado SP	35,8	51,0	13,2	1,9
Nascidos no NE e residentes no Sudeste exceto SP	39,8	46,5	13,6	2,2
Nascidos no NE e residentes no C-Oeste/Norte urb	36,2	52,1	11,7	1,7
Nascidos no NE e residentes no DF	32,5	54,7	12,8	2,1
Nascidos e sempre residentes no NE	34,0	53,6	12,4	1,8
Nascidos e residentes no NE, já moraram outra UF	37,8	45,7	16,5	1,9
Nascidos no NE e residentes no NE metropolitano	39,1	47,3	13,6	2,2
Nascidos no NE e residentes fora NE	40,8	47,3	11,8	2,3
Nascidos no Sul e residentes no C-Oeste/Norte urb	56,8	30,1	13,1	4,8
Nascidos no Sul e residentes fora Sul	49,1	36,6	14,3	3,6

Fonte: PNAD 1996 – processamento próprio

6. Considerações finais

Como se procurou mostrar nesse estudo, as condições estruturais que possibilitaram a ascensão sócio-ocupacional de boa parte da força de trabalho na formação da sociedade urbano-industrial brasileira perderam a força mobilizadora do passado. O mercado de trabalho brasileiro que vinha se estruturando em bases mais modernas até os anos 70 – ainda que em ritmo insuficiente para incorporar boa parte da mão de obra proveniente do campo- passou a sofrer as agruras da perda do dinamismo industrial, reveladas através do aumento dos níveis de desemprego, da precarização das relações do trabalho e da mobilidade descendente- como aqui mostrado. Tal processo não poupou homens ou mulheres, brancos ou negros, menos qualificados ou mais escolarizados, ao Norte ou Sul do país. Face às dificuldades e mesmo ao pouco empenho em se implementar uma agenda política e econômica diferente da vivenciada

nas últimas décadas – que permitisse a retomada do desenvolvimento, do emprego e da renda- não é difícil prognosticar o quadro desalentador do padrão e cifras de mobilidade social que se pode esperar para os próximos anos.

7. Bibliografia

ANDRADE, F.C.D. Mobilidade social na região metropolitana de Belo Horizonte. **Nova Economia**. N.especial: 109-159, 1995.

ANDRADE, F.C.D. A evolução da mobilidade social em cinco regiões metropolitanas brasileiras, 1988 e 1996. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, ABEP, 2000 (cd-rom).

BALTAR, P.E.A; DEDECCA, C.S & HENRIQUE, W. Mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C.E.B & MATTOSO, J.E.L. (org) **Crise e trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1997, p.87-108.

BOUDON, R. **A desigualdade das oportunidades**. Brasília: Ed.UnB, 1973.

BOUDON, R. & BOURRICAT, F. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 2001.

CAILLAUX, E.L. Cor e mobilidade social no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, 26:53-66, 1994.

CASTRO, N.A Trabalho e organização industrial num contexto de crise e reestruturação produtiva. **São Paulo em Perspectiva**, 8(1):116-132, 1994.

FARIA, V. Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações. In BACHA, E. & KLEIN, H.(orgs) **A transição incompleta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v.1, p.75-112.

GOLDTHORPE, J.H. **Social mobility and class structure in modern britain**. New York: Oxford University Press, 1987.

IBGE. **Força de trabalho no Brasil: uma análise de mobilidade ocupacional**. Rio de Janeiro, 1982.

JANNUZZI, P.M. **Migração e Mobilidade social : migrantes no mercado de trabalho paulista**. Campinas, Autores Associados/FAPESP, 2000a.

_____. Status socioeconomico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980, 1991 e anos 90. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v.61(216):47-74, 2000b.

_____. Movilidad social y migración en Brasil: revisión bibliográfica y elementos empíricos para el análisis. **Estudios Demográficos y Urbanos**, Cidade do Mexico, v. 16, n. 1, p. 109-149, 2001.

HASENBALG, C. & VALE SILVA. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vertice, 1988.

JORRAT, J.R. Modelos predominantes de estrutura de clases y su rendimiento empírico: un estudio del Area Metropolitana de Buenos Aires. **Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, 16: 3-48, 1998.

MARTINE, G. & PELIANO, J.C. **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano**. Rio de Janeiro: IPEA, 1978. (Série Estudos para o Planejamento n.19).

MATTOSO, J.E.L. & BALTAR, P.E.A. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Cadernos do Cesit**, Campinas, n.21, 1996.

PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1979.

_____. Mobilidade social sob condições de segmentação de mercado no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 11(1): 21-42, 1981.

_____. Desigualdade e mobilidade social: dez anos depois. In: BACHA, E. & KLEIN, H. **A transição incompleta**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p.31-59.

_____. & HALLER, A. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: ALBUQUERQUE, R. & VELLOSO, J.P.R. (orgs) **Pobreza e mobilidade social**. São Paulo: Nobel, 1993, p.25-52.

_____. & VALLE SILVA, N. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron, 2000.

PERO, V. **Et à Rio, plus ça reste le même.... Tendências da mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2001 (mimeo).

PREALC/OIT. **Movilidad ocupacional y mercado de trabajo**. Santiago, 1983.

_____. **Empleo y equidad: el desafío de los 90**. Santiago, 1991.

QUADROS, W.J. A reestruturação das empresas e o emprego da classe média. In: OLIVEIRA, C.E.B & MATTOSO, J.E.L. **Crise e Trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1997, p.171-188.

SABÓIA, J. Mercado de trabalho no Brasil - evolução e tendências recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, IV, São Paulo, mai/1995. **Anais...** São Paulo: ABET, 1995. p.1123-1148.

SCALON, M.C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1999.

VALLE SILVA, As duas faces da mobilidade. **Dados**, Rio de Janeiro, n.21, p.49-67, 1979.

_____. **Independência, quase independência e mobilidade social no Brasil**. Rio de Janeiro: LNCC, 1981 (Relatório de pesquisa e desenvolvimento).

_____. & RODITI, D. Et plus ça change... tendências históricas da fluidez social no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, 29(3):345-363, 1986.

_____. **Uma proposta de classificação das ocupações brasileiras**. LNCC, 1992 (Mimeo).

_____. Mobilidade social. In: MICELI, S. (org) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo, Ed. Sumaré, 1999.

VIANNA, L.W. *et al.* Doutores e teses em Ciências Sociais. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 41(3): 453-516, 1998.

8. Apêndice: a Classificação sócio-ocupacional empregada

Para desenvolvimento dos estudos de Mobilidade Social desenvolveu-se uma classificação sócio-ocupacional de cinco níveis, hierarquizada segundo medidas de status socioeconômicos das ocupações levantadas no Censo Demográfico de 1991 e segundo indicadores de precarização dos postos de trabalhos construídos com base nas informações disponíveis nas PNADs dos anos 90. A elaboração da classificação teve também como referência a tipologia de grupos ocupacionais de Valle Silva (1992) (organizada, por sua vez, segundo diversos critérios substantivos como as diferenças e similaridades das ocupações em relação ao caráter urbano/rural, manual/não manual, aos setores de atividade - serviços, indústrias modernas e tradicionais-, nível de qualificação - técnicos, profissionais de nível superior-, nível de controle e autonomia – empregador, empregado e conta própria); a proposta metodológica de estratificação social segundo grupos ocupacionais de Goldthorpe (1992) e as restrições operacionais inerentes ao uso de uma pesquisa amostral como a PNAD (em termos de qualidade da informação captada sobre ocupação e do erro amostral das estimativas).

O primeiro grupo social da escala compreende os indivíduos (e as famílias) na condição de grandes proprietários e as pessoas ocupadas em postos de comando, de direção ou com especialização técnica superior. Reúne, portanto, as ocupações com rendimento e escolaridade mais elevadas, isto é de maior status e menor grau de precarização. Este estrato corresponderia em alguma medida ao que Goldthorpe (1992) denominou de classes de colarinho branco na classificação sócio-ocupacional da população inglesa, nas quais se enquadrariam os indivíduos com maior poder de comando da atividade produtiva, de delegação de autoridade ou aqueles com alto grau de conhecimento especializado. Na classificação de ocupações adotada pelo IBGE são típicos representantes deste estrato social os indivíduos que exercem ocupações como de Médico, Engenheiro, Professor Universitário, Empresários, Gerentes e postos superiores na Administração Pública (Juizes, Promotores, Delegados, Oficiais das Forças Armadas etc). Rendimento mediano acima de R\$ 3.000, escolaridade de 16 anos ou mais, tempo médio de trabalho acima de 10 anos, baixo risco ao desemprego são atributos não incomuns das ocupações aqui enquadradas.

Quadro 1: Algumas ocupações típicas dos estratos sócio-ocupacionais

Estrato Sócio-ocupacional	Ocupações típicas
Alto	Médico, Engenheiro, Professor Universitário, Empresários, Gerentes e postos superiores na Administração Pública (Juizes, Promotores, Delegados, Oficiais das Forças Armadas etc).
Médio-alto	Técnicos de contabilidade e administração, Mestre e Contramestres na indústria, Professores de ensino fundamental e médio, Corretores de Imóveis, Inspetores de Polícia, Carteiros, Comerciantes (proprietários) e Agricultores
Médio	Torneiro Mecânico, Montadores de Equipamentos Elétricos, Vendedores, Operadores de caixa, Comerciantes conta-própria, Professores de ensino pré-escolar, Motoristas, Inspetores de alunos, Auxiliares de enfermagem, Auxiliares administrativos e de escritório, Policiais e Praças das Forças Armadas
Médio-baixo	Ocupações da Indústria de Alimentos, ocupações da indústria do têxtil, pedreiros, Pintores, Garçons, Vigias, Porteiros, Estivadores, vendedores ambulantes
Baixo	Trabalhadores rurais na condição de empregados ou autônomos (produtores meeiros ou parceiros), além das ocupações urbanas de baixo status como a de Serventes de Pedreiro, Lavadeiras, Empregados Domésticos e Lixeiros

O segundo estrato reúne, em boa medida, o que Goldthorpe denomina de 'pequena burguesia', isto é, os pequenos proprietários, chefes e supervisores e empregados qualificados de escritório e técnicos de média especialização na indústria e serviços. Técnicos de contabilidade e administração, Mestre e Contramestres na indústria, Professores de ensino fundamental e médio, Corretores de Imóveis, Inspetores de Polícia, Carteiros, Comerciantes (proprietários) e Agricultores são algumas das ocupações enquadradas neste grupo. Com menor poder de comando ou qualificação, estas ocupações apresentam um rendimento médio bem menor, ainda que com relação aos indicadores de escolaridade e precariedade as diferenças não sejam tão expressivas. Compare-se, por exemplo, os indicadores de duas ocupações com relativa similaridade funcional como a de Professor Universitário (estrato sócio-ocupacional alto) e Professor de ensino médio (estrato médio-alto): o rendimento médio dos primeiros (Professor Universitário) é cerca de R\$ 2.120, duas vezes e meia maior que os dos últimos (R\$ 799); a escolaridade mediana é de 16 anos entre os professores de ensino superior contra 15 anos dos professores de ensino médio; a proporção de contribuintes à Previdência Pública é superior a 94% nos dois grupos; o risco ao desemprego é inferior a 3% para os dois grupos.

O terceiro estrato reúne a grande maioria de ocupações no Comércio, Serviços e postos qualificados da indústria, ao que se poderia associar- ainda que remotamente- à 'elite de colarinho azul' referida pelo autor. Ocupações típicas deste grupo são as de Torneiro Mecânico, Montadores de Equipamentos Elétricos, Vendedores, Operadores de caixa, Comerciantes conta-própria, Professores de ensino pré-escolar, Motoristas, Inspetores de alunos, Auxiliares de enfermagem, Auxiliares administrativos e de escritório, Policiais e Praças das Forças Armadas. Os indicadores de precarização ocupacional são significativamente piores: a rotatividade é muito elevada (46% dos ocupados estavam empregados há até 3 anos), um quarto dos ocupados aí enquadrados têm uma jornada superior a 48 horas semanais e o risco ao desemprego é maior.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos dos estratos sócio-ocupacionais

Brasil 1991 e 1996

	Estrato Sócio-ocupacional	Indicador de Status médio das ocupações em 1991	Contribuintes Previdência (%)	Ocupados com até 3 anos na ocupação (%)	Ocupados com jornada semanal maior 48 horas (%)	Fator relacionado ao Risco de desemprego	Rendimento (R\$ de setembro 2000)	Escolaridade (anos)
1	Alto	95,7	79,8	27,0	18,1	3,4	1386,47	13,2
2	Médio-alto	85,2	73,2	32,1	18,9	5,9	687,19	10,5
3	Médio	67,2	60,8	46,7	25,1	9,3	369,86	7,5
4	Médio-baixo	45,2	43,8	49,9	19,9	11,4	251,35	4,59
5	Baixo	14,8	12,2	38,5	22,0	9,7	121,13	2,48

Fonte: Jannuzzi (2000b)

O quarto grupo sócio-ocupacional, mais heterogêneo, compreende os empregados em prestação de serviços de baixa qualificação nos serviços, construção civil e indústria tradicional – algo que talvez se poderia associar, com alguma boa vontade- à 'classe operária' de Goldthorpe. Aqui estão reunidas as ocupações da Indústria de Alimentos, da Indústria Têxtil, Pedreiros, Pintores, Garçons, Vigias, Porteiros, Estivadores. Alguns indicadores de precarização chegam a ser ainda piores que os do estrato anterior: menos da metade contribui para Previdência, metade tem sobre-jornada e o risco ao desemprego é mais elevado.

O último grupo sócio-ocupacional reúne os trabalhadores rurais na condição de empregados ou autônomos (produtores meeiros ou parceiros), além das ocupações urbanas de baixo status como a de Serventes de Pedreiro, Lavadeiras, Empregadas Domésticas e Lixeiros. Compreende pois a parcela da mão de obra – empregada ou autônoma- de remuneração e escolaridade mais baixa, inseridos em postos de trabalho de elevada precariedade¹¹. O caso dos Empregados Domésticos (código 807 na classificação do IBGE) é sintomático neste sentido: pelos dados das PNADs dos anos 90, o rendimento mediano era de R\$ 136, somente um quarto contribuía para Previdência Pública, 65% estavam no trabalho atual há menos de 3 anos, quase um terço tinha jornada semanal superior a 48 horas, 22% era o risco de se vir a se desempregar.

Destas observações apreende-se que o poder discriminatório dos níveis de rendimento e escolaridade na classificação das ocupações vai decrescendo dos estratos sócio-ocupacionais mais elevados em direção aos mais baixos, crescendo, em contrapartida, a importância das medidas de precarização ocupacional como rotatividade, contribuição à Previdência, risco ao desemprego.

¹¹ O risco ao desemprego e à rotatividade do conjunto de ocupações aí inseridos só não são maiores certamente pelas características da mobilidade ocupacional dos trabalhadores rurais.